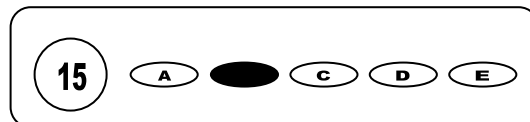




Cargo: Procurador Jurídico

## CONCURSO PÚBLICO 01/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO SUL

- Para fazer a prova você usará este caderno e um cartão-resposta.
- Verifique, no caderno de provas, se faltam folhas, se a seqüência de questões no total de **30 (trinta)**, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique, imediatamente, ao fiscal qualquer irregularidade.
- O cartão resposta é o documento único e final para correção eletrônica. Não amasse, não dobre, não rasure o seu cartão resposta.
- A adequada marcação deverá ser feita com caneta esferográfica de tinta **azul ou preta**, é de inteira responsabilidade do candidato, sendo este o documento válido para a correção das questões da prova.
- Para cada questão são apresentadas **5 (cinco)** alternativas diferentes de respostas (**A, B, C, D e E**). Apenas **uma** delas constitui a resposta **correta** em relação ao enunciado da questão.
- Suponha que a questão nº 15 tenha a resposta B como correta.
  - Veja como marcar esta resposta.



- Deve-se estar atento para:
  - Não rasurar o cartão resposta, pois não será fornecido outro cartão
  - Não escrever no verso do cartão resposta
  - Preencher completamente o espaço reservado à marcação da resposta correta
  - Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco no verso de suas folhas de prova:
  - Considerar-se-á excluído do processo seletivo do concurso o candidato que:
    - Tornar-se culpado de incorreções ou descortesia com qualquer membro da equipe encarregada da realização da prova;
    - For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outra forma;
    - For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
    - Ausentar-se da sala de prova, antes da entrega do cartão de resposta e de assinar a ata de presença;
    - Recusar-se a proceder a identificação de seu cartão resposta, devidamente assinado no espaço próprio.
  - Aos fiscais não existe a autorização para emissão de esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do candidato.

**BOA SORTE**

1. Sobre os Direitos Sociais garantidos na Constituição Federal, analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
  - I. A Constituição proclama que é direito de todos que vivem na sociedade brasileira receber educação. A expressão “educação” compreende não apenas a alfabetização, como o ensino mais avançado das línguas, das artes e das ciências.
  - II. A emenda Constitucional nº 26, de 15/02/2000 acrescentou a “moradia” dentre os Direitos Sociais.
  - III. O lazer (diversão) também deverá ser cultivado, pois é nos entretenimentos que o homem se descontraí e convive mais intimamente com todos.
    - a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
    - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
    - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
    - d) Todas as alternativas estão corretas.
    - e) Nenhuma das alternativas estão corretas.
2. Em relação aos Remédios Constitucionais, analise as alternativas e assinale a assertiva correta:
  - I. Contra ameaça de constrangimento à liberdade de locomoção, materializada na intimação do paciente para depor em CPI, cabe habeas corpus preventivo.
  - II. Sobre o mandato de segurança, seu prazo é um só e se conta a partir da data de ciência do ato impugnado; a extinção de processo anterior, em razão de indicação errônea da autoridade impetrada, não restabelece o prazo consumido na respectiva tramitação.
  - III. Dentre os órgãos cujos atos estão sujeitos a competência originária do Supremo Tribunal Federal em matéria de Habeas Data não se inscrevem os tribunais estaduais.
    - a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
    - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
    - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
    - d) Todas as alternativas estão corretas.
    - e) Nenhuma das alternativas estão corretas.
3. Em relação ao Mandado de Segurança, analise as alternativas abaixo e responda:
  - I. A empresa não pode impetrar Mandado de Segurança contra decisão que decretou prisão de um de seus representantes legais.
  - II. A pessoa jurídica de direito público não tem capacidade para ser parte ativa em Mandado de Segurança, uma vez que não devem ser aplicadas ao caso, as mesmas regras que cabem nas ações em geral.
  - III. Associação de Bairro é parte legítima para impetrar Mandado de Segurança em favor dos direitos e interesses de seus associados, independentemente de autorização específica de seus associados.
    - a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
    - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
    - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
    - d) Todas as alternativas estão corretas.
    - e) Todas as alternativas estão incorretas.
4. A ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual e municipal em face da Constituição Estadual deverá ser intentada perante:
  - a) O Juízo de Direito da Comarca.
  - b) O Tribunal de Justiça.
  - c) O Tribunal Regional Eleitoral, quando envolver matéria eleitoral.
  - d) O Superior Tribunal de Justiça, quando envolver conflito de jurisdição.
  - e) O Supremo Tribunal Federal.
5. Sobre a Seguridade Social, assinale a alternativa incorreta:
  - a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos dali, sendo financiado, também, das contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
  - b) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
  - c) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
  - d) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
  - e) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
6. Sobre as responsabilidades do servidor público, analise as alternativas abaixo e responda:
  - I. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
  - II. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
  - III. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
    - a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
    - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
    - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
    - d) Todas as alternativas estão corretas.
    - e) Nenhuma das alternativas estão corretas.
7. Sobre Poderes Administrativos, analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
  - I. O Poder Hierárquico tem sua origem e razão de ser no interesse e na necessidade de aperfeiçoamento progressivo do serviço público.
  - II. O Poder de Polícia é exercido através de ordens, proibições, e normas limitadoras e sancionadoras do comportamento dos indivíduos que convivem na sociedade.
  - III. Só se reconhece a legitimidade do poder de polícia quando visa ele a proteger o interesse público.
    - a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
    - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
    - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
    - d) Apenas a alternativa I está correta.
    - e) Apenas a alternativa II está correta.

8. Sobre os Atos Administrativos, analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
- I. O ato poderá ser eficaz, mas não ser exequível.
  - II. Todo ato administrativo tem presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade.
  - III. Quanto ao conteúdo o ato administrativo poderá ser Ato simples, ato composto e ato complexo.
- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas
  - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.
  - e) Nenhuma das alternativas estão corretas.
9. Ainda sobre os Atos Administrativos assinale a alternativa incorreta.
- a) Os atos Nulos são insuscetíveis de convalidação.
  - b) No ato anulável seus efeitos são *ex tunc*.
  - c) A Pessoa interessada poderá interpor Mandado de Segurança contra ato que considerar nulo, para que o mesmo não tenha validade contra ela.
  - d) A revogação é o desfazimento do ato administrativo. E a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz.
  - e) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos – ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado, em todos os casos, a apreciação judicial.
10. Sobre Licitação, analise as alternativas e assinale a assertiva correta:
- I. A concorrência é opção obrigatória de licitação na compra ou alienação de bens imóveis, qualquer que seja o valor do imóvel.
  - II. Utiliza-se a modalidade dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissional ou empresa de notória especialização.
  - III. Qualquer serviço poderá ser contratado através de pregão.
- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.
  - e) Nenhuma das alternativas estão corretas.
11. A Lei nº 10.028/00, em seu capítulo IV – Dos crimes contra as finanças públicas – dispõe, no preceito primário do art. 359-A, “Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa”, prevendo, no preceito secundário, a pena de:
- a) suspensão de atividades.
  - b) detenção.
  - c) detenção e multa.
  - d) reclusão.
  - e) reclusão e multa.
12. Em relação a execução orçamentária analise as alternativas e assinale a assertiva correta.
- I. Os municípios, até o final dos meses de abril, agosto e dezembro, deverá demonstrar, em audiência pública, nas respectivas Casas Legislativas, o cumprimento de metas fiscais do quadrimestre.
  - II. Despesas públicas de capital são as relativas à manutenção e a prestação de serviços públicos, ao pagamento de encargos pessoais, ao serviço da dívida pública e as transferências correntes.
  - III. A execução orçamentária, ao longo do exercício financeiro, deve estritamente obedecer ao planejamento fiscal.
- a) Apenas a alternativa I está correta.
  - b) Apenas a alternativa II está correta.
  - c) Apenas a alternativa III está correta.
  - d) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - e) Todas as alternativas estão incorretas.
13. Em relação à Despesa Pública, é incorreto afirmar que:
- a) A assunção ou geração de despesas destinadas à expansão de ação governamental, deverá ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
  - b) A assunção ou geração de despesas destinadas ao aperfeiçoamento de ação governamental, deverá ser acompanhada de declaração do ordenador de despesa de que o aumento está adequado orçamentária e financeiramente com Lei Orçamentária Anual.
  - c) A assunção ou geração de despesas destinadas à criação de ação governamental, deverá ser acompanhada de declaração do ordenador de despesa de que o aumento é compatível com o plano plurianual.
  - d) A assunção ou geração de despesas destinadas à criação de ação governamental, deverá ser acompanhada de declaração do ordenador de despesa de que o aumento é compatível com a lei de diretrizes orçamentárias.
  - e) Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a decorrente de lei, medida provisória ou ato administrativo que fixe para a entidade a obrigação legal de sua execução por período que superior ao restante do período do exercício em que esta inicie.
14. Analise as alternativas abaixo e responda:
- I. As Receitas Creditícias são as que regulam do recurso ao crédito, *maxime* da contratação de empréstimos pelo Estado, no interior ou no exterior do País.
  - II. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.
  - III. A lei federal não pode remeter aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.
- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.
  - e) Todas as alternativas estão incorretas.

15. Em se tratando da publicação dos atos no Direito Processual Civil, analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta.
- Quando haver dúvida acerca de sua autenticidade o Juiz recusará cumprimento à carta precatória, devolvendo-a com despacho fundamentado.
  - Aos noivos, nos três primeiros dias de boda não se fará citação, salvo para evitar o perecimento do direito.
  - É anulável o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - Apenas a alternativa I está correta.
  - Apenas a alternativa II está correta.
16. Com fundamentos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:
- Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.
  - Não há como impedir a execução da sentença no recurso extraordinário e no recurso especial.
  - A interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo.
  - Os recursos interpostos por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos seus interesses.
  - As regras do recurso independente aplicam-se ao recurso adesivo quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento em tribunal superior.
17. Analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
- Das decisões interlocutórias caberá agravo no prazo de dez dias, retido nos autos ou por instrumento.
  - Da decisão que não admitir os embargos caberá agravo, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
  - Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - Todas as alternativas estão corretas.
  - Todas as alternativas estão incorretas.
18. Assinale a alternativa correta.
- Nas questões relativas às relações de consumo, o juiz não deve se pronunciar de ofício, somente poderá conhecer do pedido se sua pretensão tiver sido deduzida em forma de ação.
  - A decisão liminar positiva do juiz, determinando a citação, gera preclusão.
  - Não é suficiente para aferir-se a existência do interesse processual do Ministério Público a demonstração de que se trata de uma hipótese de ação civil pública.
  - Não pode o juiz apreciar as condições da ação quando da prolação da sentença, devendo fazê-lo apenas na fase de saneamento do processo.
  - Pelo princípio da aderência os juízes e tribunais exercem a atividade jurisdicional apenas no território nacional.
19. Podem promover a execução ou nela prosseguir:
- o sub-rogado apenas nos casos de sub-rogação legal.
  - o cessionário, mesmo sem notificação do devedor.
  - o sucessor do crédito mesmo sem estar habilitado.
  - o fiador pode dar andamento à execução que não esteja tendo andamento regular, mesmo sem habilitar-se como assistente do credor por ser parte interessada.
  - pode o devedor opor ao sucessor do credor caráter parcial de seu direito creditório.
20. Sobre Direito Penal, analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
- A Ação de iniciativa privada não pode intentar-se nos crimes da ação pública.
  - O Perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.
  - Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação.
- Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - Apenas a alternativa II está correta.
  - Apenas a alternativa I está correta.
21. Analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
- Fabricar a título oneroso ou gratuito aparelho destinado a falsificação de moeda é tipificado no Código penal com pena de reclusão de 02 a 08 anos.
  - Emitir, sem permissão legal, vale que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador é tipificado no Código penal com pena de reclusão de 02 a 06 meses.
  - Falsificar moeda metálica de curso legal no País é tipificado no Código Penal com pena de reclusão de 02 a 06 anos.
- Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - Todas as alternativas estão corretas.
  - Todas as alternativas estão incorretas.
22. Sobre os crimes praticados por particulares contra a Administração em Geral, analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
- Opor a execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo é tipificado como crime de Desobediência.
  - Usurpar o exercício de função pública, com intuito de auferir vantagem é tipificado como tráfico de influência.
  - Solicitar para si vantagem ou promessa de vantagem, insinuando que a vantagem também é destinada ao funcionário é tipificado como Corrupção Ativa.
- Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - Todas as alternativas estão corretas.
  - Todas as alternativas estão incorretas.

23. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração pública, quando o funcionário público exigir para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida está cometendo um crime de:
- Prevaricação.
  - Corrupção Ativa.
  - Concussão.
  - Corrupção Passiva.
  - Condescendência criminosa.
24. Julgue os itens abaixo sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço e assinale a alternativa correta:
- A obrigação civil de reparação do dano causado pelo delito constitui efeito secundário da condenação.
  - Ocorre à retroatividade benéfica quando a lei excepcional ou temporária posterior abrange somente o comportamento descrito na figura típica antiga.
  - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- Apenas a alternativa I está correta.
  - Apenas a alternativa II está correta.
  - Apenas a alternativa III está correta.
  - Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
25. Analise as alternativas abaixo e assinale a assertiva correta:
- O particular que, agindo em concurso com funcionário público, ciente da condição deste, vende, por terceiro, em proveito de ambos, bem pertencente ao Estado do qual o funcionário tinha a guarda em razão de seu cargo, pratica o crime de peculato furto.
  - Funcionário público, encarregado do recebimento de valores, para encobrir apropriação de certa quantia em dinheiro, declara falsamente, em formulário próprio da repartição, haver efetuado o recolhimento cometendo um crime de apropriação indébita.
  - Funcionário Público que dá às verbas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei está cometendo crime de Excesso de Exação.
- Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - Todas as alternativas estão corretas.
  - Todas as alternativas estão incorretas.

**Texto I****O FUTURO DA COMUNICAÇÃO**

R. A. Amaral Vieira

A nossa civilização é marcada pela linguagem gráfica. A escrita domina nossa vida; é uma instituição social tão forte quanto a nação e o Estado. Nossa cultura é basicamente uma cultura de livros. Pela escrita acumulamos conhecimentos, transmitimos idéias, fixamos nossa cultura.

Nossas religiões derivam de livros: o islamismo vem do Corão, escrito por Maomé; os Dez Mandamentos de Moisés foi um livro escrito em pedra. Nosso cristianismo está contido em um livro, a Bíblia. É a cartilha, é o livro escolar, é a literatura expressa graficamente, é o jornal. Mesmo a televisão \_ e mais do que ela o cinema \_ lança mão dos recursos da linguagem escrita (legenda) para facilitar a comunicação.

Na engrenagem da sociedade moderna, a comunicação escrita senta-se em trono. São as certidões, os atestados, são os relatórios, são os diplomas. O documento é basicamente um documento gráfico, e a simples expressão gráfica vale mais que todas as evidências.

Numa quase caricatura podemos dizer que o atestado de óbito é mais importante que o cadáver, o diploma mais que a habilitação. Sem a linguagem escrita é praticamente impossível a existência no seio da civilização.

26. Podemos inferir do texto I:

- É um texto dissertativo/argumentativo, dadas as suas características estruturais.
- É um texto descritivo, já que descreve a importância da escrita.
- É argumentativo, marcado pelas hipóteses e tentativas de fundamentá-las.

- Apenas I e II
- Apenas I e III
- Apenas I, II e III
- Apenas II
- Apenas III

27. São ideias primárias do texto, exceto:

- A escrita domina nossa vida
- A comunicação escrita senta-se em trono
- A simples expressão gráfica vale mais que todas as evidências
- Sem a linguagem escrita é praticamente impossível a existência
- Nossas religiões derivam de livros

28. “O documento é basicamente um documento gráfico, e a simples expressão gráfica vale mais que todas as evidências.” Nesse trecho, a vírgula:

- Está correta por se tratar de sujeitos diferentes, embora separados pelo conectivo “e”.
- Está incorreta por se tratar de conjunção aditiva que inibe o uso de vírgulas.
- Poderia ser colocada depois da palavra “gráfica” sem alteração gramatical.
- Deveria ser colocada depois do “a”
- Não pode ser julgada correta, pois não há nenhuma regra específica para esse caso.

29. No primeiro parágrafo, os dois últimos períodos são construídos utilizando como recurso:

- orações assindéticas e subordinadas
- orações sindéticas e subordinadas
- apenas orações subordinadas
- apenas orações assindéticas
- orações sindéticas apenas

30. A alternativa que não aponta implícita ou explicitamente a opinião do autor é:

- Sem a linguagem escrita é praticamente impossível a existência no seio da civilização.
- Na engrenagem da sociedade moderna, a comunicação escrita senta-se em trono.
- Nossa cultura é basicamente uma cultura de livros.
- Numa quase caricatura podemos dizer que o atestado de óbito é mais importante que o cadáver.
- Nossas religiões derivam de livros.